



Os economistas como fontes e os jornalistas¹

Hérica Lene²

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Resumo

Este artigo discute o papel dos economistas como fontes de informação do jornalismo de economia no Brasil. Esta abordagem faz parte de uma pesquisa desenvolvida no doutorado em Comunicação e Cultura da UFRJ sobre o jornalismo de economia brasileiro no final do século XX (1986-1999), realizada a partir de levantamento bibliográfico, de depoimentos de jornalistas e da cobertura dos dois principais jornais de circulação nacional no país: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. A análise foi desenvolvida a partir de acontecimentos marcantes para o país, com dimensões econômicas, políticas e sociais: os oito planos econômicos anti-inflacionários de grande alcance que mudaram a moeda ou as relações de ordem econômica.

Palavras-chave: Jornalismo de economia; Economistas; Fontes; Planos econômicos

Introdução

O jornalismo de economia³ tem uma larga tradição e se consolidou no Brasil ao longo do século XX. Os veículos de comunicação voltados para a indústria, o comércio e os negócios de maneira geral surgem em todo o país desde meados do século XIX.⁴

Ao estudar a cobertura desenvolvida pela imprensa brasileira com datação após o que se convencionou chamar de “Nova República”⁵, em uma ampla pesquisa centrada nos acontecimentos econômicos mais marcantes desse período – os oito pacotes econômicos implementados a partir de 1986⁶ –, a questão das fontes no jornalismo de economia nos chamou a atenção.

¹ Trabalho apresentado no GP de Jornalismo Impresso, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, mestre em Comunicação pela UFF, especialista em Estratégias e Comunicação Organizacional pela Faculdade Cândido Mendes de Vitória e professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: hericalene@yahoo.com.br.

³ Ao invés de utilizarmos a expressão “jornalismo econômico”, muito comum nos estudos sobre esse tema, optamos por “jornalismo de economia”. Isso porque entendemos que o termo é mais apropriado por tornar seu sentido mais preciso: se referir à cobertura jornalística dos assuntos do campo econômico.

⁴ Pioneiro nesse sentido é o *Jornal do Commercio*, fundado em 1827, no Rio de Janeiro, e que se mantém até hoje em circulação, apesar de sua baixa difusão e crises freqüentes (SODRÉ, 1999; BARBOSA, 2000).

⁵ Com a morte de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985, o vice José Sarney assumiu a presidência no dia seguinte e sua administração acabou ficando conhecida como “Nova República” (a expressão foi registrada pela imprensa e pelos livros de história), terminologia que designava o programa da Aliança Democrática (formada pela Frente Liberal e pelo PMDB).

⁶ Trata-se da tese de doutorado “O jornalismo de economia e a reinvenção do Brasil no final do século XX”, defendida em 16 de fevereiro de 2009 no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. Nessa pesquisa, o recorte do material empírico se concentrou nas edições dos meses de lançamento dos pacotes econômicos: Cruzado I (dia 28 de fevereiro e mês de março de 1986), Cruzado II (novembro de 1986), Bresser (junho de 1987), Verão I (janeiro de 1989), Verão II (maio de 1989), Collor I (março de 1990) e Collor II (janeiro de 1991). Sobre o Plano Real, por ser o de maior tempo de vigência, considerou-se o momento da entrada em vigor, em julho de 1994, e o início da crise que marcou o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso em 1999 (mês de janeiro).



Os economistas são as principais fontes de informação e de análise que alimentam permanentemente o jornalismo de economia. Considerando essa assertiva, como se deu a presença desse tipo de fonte na cobertura jornalística dos planos econômicos?

Este artigo aborda esse aspecto do jornalismo de economia, levando-se em conta um estudo sobre os economistas como atores políticos, feito por Maria Rita Loureiro (1997); relatos de jornalistas que atuaram nessa cobertura e análise das edições dos jornais *Folha de S. Paulo* (fundado em 1921) e *O Globo* (de 1925). Esses periódicos que se destacaram nos anos 1970, mantiveram essa posição até os dias de hoje e têm influência política sobre a opinião pública nacional.

A análise se concentrou na cobertura jornalística dos programas de estabilização que se constituíram como fatos/acontecimentos importantes do país – com dimensões econômicas, políticas e sociais – no final do século XX. Nessa época, o Brasil se tornou um laboratório de planos contra a inflação e, por força deles, congelamentos e confiscos entraram no cotidiano dos brasileiros. A economia ganhou espaço como temática jornalística, enquanto se esvaziava a cobertura política e o embate ideológico, e houve um surto inflacionário nessa década – a taxa de inflação no ano de 1980 foi de 110% e chegou ao espantoso percentual anual de 1.783% em 1989.

1. O fortalecimento da economia e dos economistas no Regime Militar

Na trajetória de mudanças ocorridas durante o regime militar, os economistas passaram a ter o papel e o espaço que antes eram dados à política e aos políticos. Por que esse processo ocorreu? Que grupos de pensamento econômico se constituíram no país e de que forma ocuparam o noticiário no final do século XX?

Os militares, em nome da eficiência econômica e da competência técnica, deram aos economistas os cargos de direção nos órgãos públicos, nos quais eles exerceram o poder de definir as políticas públicas e as orientações básicas para o desenvolvimento brasileiro. Eles atuaram praticamente como dirigentes políticos, mas sem as obrigações exigidas de um representante detentor de mandato eleitoral, pois não precisavam prestar contas de seus atos a um partido ou ao eleitorado (ABREU, 2001, p. 2).

Ao estudar como e por que os economistas se tornaram atores políticos importantes para o país, Loureiro (1997) parte do pressuposto que a posição deles como dirigentes políticos no Brasil não é um produto “natural”, decorrente do intervencionismo e da



regulação econômica que caracterizam o Estado no período contemporâneo. Mas é resultado de uma combinação complexa de fatores: passa pela estrutura de poder e pelas formas de organização do aparato governamental e inclui os vínculos entre os meios acadêmicos (responsáveis pela formação da elite dirigente) e o governo.

Vários fatores respondem pelo crescimento da autoridade e da influência dos economistas. Em primeiro lugar, uma espécie de síndrome de crise econômica motivou, desde a depressão dos anos 1930, a ascensão dos economistas, vistos como os portadores de instrumentos capazes de produzir resultados práticos na economia e de elaborar planos para o futuro. Em segundo lugar, o papel central desempenhado pelos problemas econômicos tem convertido em processo contagioso a participação deles no governo. A presença de economistas em um ministério, especialmente naquele mais estrategicamente localizado no centro do processo decisório, garante frequentemente a rápida proliferação desses profissionais por todos os lados. O papel que ocupam no governo tem mais a ver com a necessidade de legitimação política do que propriamente com determinações de eficiência (LOUREIRO, 1997, p. 3-4).

Os economistas têm participado ativamente de órgãos governamentais e influenciado de modo marcante as decisões políticas no Brasil. O processo costuma ser relacionado, com razão, à tendência mais ampla de regulação e intervenção estatal na economia, predominante na maioria dos países capitalistas a partir da II Guerra Mundial. Como, até a depressão dos anos 1930, o Estado não intervinha e apenas garantia a operação do mercado, não existia razão para que interesses privados procurassem controlar o Estado. Quando ocorreu a revolução keynesiana, o Estado adquiriu a capacidade de administrar/intervir na economia e esse processo o tornou potencialmente mais fraco e suscetível às pressões sociais (*ibid.*, p.2-6).⁷

O estudo de Loureiro (1997) mostra que o processo de formação da competência específica do economista e de sua identidade como segmento da elite dirigente no Brasil desenrolou-se não apenas no âmbito acadêmico das escolas de economia. Desenvolveu-se, sobretudo, nos órgãos governamentais e nas instituições de pesquisa aplicada e, ainda, no bojo das lutas político-ideológicas que atravessaram as décadas de 1930 a

⁷ Keynesianismo é uma modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, que prega a adoção, no todo ou em parte, das políticas sugeridas na principal obra de John Maynard Keynes (1883-1946): *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936). A busca de Keynes era solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos (SANDRONI, 2005, p.456-457; ALONSO, 2000, p. 246).



1960 no país. A consolidação dos cursos universitários foi longa e difícil e ocorreu nos anos 1970, com os cursos de pós-graduação.

O conhecimento econômico se transformou em recurso político e, em suas dimensões tanto teóricas quanto instrumentais, não é consensual, mas objeto de disputas entre diferentes grupos de economistas. Salienta-se o papel que as agências – como conselhos técnicos do primeiro governo Vargas, as comissões econômicas internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)⁸, os grupos executivos do governo Kubitschek e órgãos como o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), o chamado “superministério” (que controlou o orçamento governamental durante todo o Estado Novo), a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc)⁹ ou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenharam na formação do campo dos economistas no Brasil. Constituíram, ao longo dos anos 1930-1950, espaço privilegiado de decisão, apropriado pelos técnicos. Também se notabilizaram como escolas práticas de formação econômica e competência prática diferenciada para engenheiros, advogados e outros altos funcionários (LOUREIRO, 1997, p.24 e 27-28).

Bielchowsky (1988), citado por Loureiro (*ibid.*, p.28), ao analisar o pensamento econômico brasileiro no período 1945-64, indica que o desenvolvimentismo, isto é, “o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio do planejamento e do apoio decisivo do Estado”, mobilizou os autores mais importantes do período e produziu cinco diferentes correntes de idéias. A neoliberal, liderada por Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa de Bulhões, opunha-se frontalmente aos desenvolvimentistas. A teoria do desenvolvimento tinha três variantes: a do setor privado, representada por Roberto Simonsen; a do setor público não-nacionalista, representada por Roberto Campos; e a do setor público nacionalista, liderada por Celso Furtado. Havia também a corrente socialista, liderada por Ignácio Rangel.

O espaço social dos técnicos-economistas organizou-se, desde seus primórdios, mediante inúmeras disputas: dos técnicos com outros agentes políticos, especialmente parlamentares e representantes patronais; entre diferentes segmentos da burocracia

⁸ Órgão da ONU criado em 1948 e sediado em Santiago do Chile.

⁹ Órgão criado em 1945, junto com o Banco do Brasil (BB), com atuação importante na área monetária e cambial. Antes da criação do Banco Central (BC), o papel de autoridade monetária era desempenhado pela Sumoc, pelo BB e pelo Tesouro Nacional. O BC, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, foi criado em 31/12/64.



econômica, como as divergências, por exemplo, entre grupos do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda, em torno da criação do Banco Central (BC); e ainda lutas internas entre diferentes grupos de economistas.

Foi durante o regime militar que essa categoria se fortaleceu, inclusive com a melhoria dos cursos de formação específica.¹⁰ A partir de meados dos anos 1960, a expansão de postos para economistas nos três níveis de governo, sobretudo nas agências de planejamento e desenvolvimento econômico, então criadas, tornou mais clara a situação de crise e de deficiência do sistema de ensino acadêmico. Daí surgirem várias propostas de reformulação de cursos e currículos. A Faculdade de Economia da USP, que havia sido criada em 1946, por exemplo, passou por intenso processo de reforma curricular. A partir dos anos 1970, os cursos superiores tornaram-se o principal meio de formação de economistas e de quadros dirigentes para essa área. Concentravam-se nas faculdades de economia e, em particular, nos cursos de pós-graduação (LOUREIRO, 1997, p.62-64).¹¹ As disputas entre monetaristas e estruturalistas constituíram um campo de lutas específico dos economistas. Loureiro explica que os monetaristas se organizaram, principalmente, em torno da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – instituição criada em 1944, a partir de iniciativa de altos funcionários do primeiro governo Vargas. O objetivo era a formação dos quadros necessários à modernização do Estado. A FGV manteve, assim, desde sua criação, estreita vinculação com o governo. O Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV constituiu durante várias décadas o pólo mais importante de produção do conhecimento e o espaço onde a economia assumiu sua dimensão prática,

¹⁰ Os primeiros cursos superiores de economia no Brasil foram criados nos anos 1940. Antes disso, o ensino dessa área se restringia a algumas poucas disciplinas destinadas à formação de cultura geral nos cursos de direito e engenharia, e ainda a uma das dimensões ou desdobramentos do ensino comercial profissionalizante (LOUREIRO, 1997, p.34-37 e 61-62).

¹¹ Jovens de extração social mais elevada começaram a cursar graduação em economia nessa época. Isso se deveu a mudanças que reforçaram a identidade social do economista e deram maior prestígio à profissão. As primeiras gerações desses profissionais eram formadas por engenheiros ou advogados, que, interessados em assuntos econômicos por força da sua prática profissional, estudaram ciência econômica, seja como autodidatas (Eugênio Gudin e Roberto Simonsen), seja em cursos de especialização ou pós-graduação no exterior (Bulhões, Roberto Campos e Celso Furtado). Muitas e novas categorias profissionais – administradores, publicitários, arquitetos, psicólogos – surgiram ou se desenvolveram a partir dos anos 1960, graças à expansão e à diversificação do ensino superior e à ampla modernização da sociedade brasileira no período. Mas os economistas estão entre os que se beneficiaram com as transformações no sistema político e no aparato governamental, derivadas do Golpe Militar de 1964, em termos de expansão do mercado de trabalho e de elevação do prestígio profissional. Com a reforma educacional de 1968 o sistema de ensino superior no Brasil sofreu modificações substanciais. Além da criação de novos cursos, os contingentes educacionais cresceram. Na área específica das ciências econômicas, em 1968, havia 84 escolas e cerca de 17 mil alunos matriculados em cursos de graduação. Em 1980, o número de escolas subiu para 129 e as matrículas ultrapassaram 62 mil, segundo estatísticas do Ministério da Educação (*ibid.*, p.62-64).



afirmando-se como requisito básico de competência para a condução de políticas econômicas no país.¹²

O grupo “estruturalista” se originou a partir da Cepal, que teve, no Brasil, Celso Furtado como principal representante. Nos anos 1950, houve discordâncias entre o grupo da Cepal e da FGV. O pessoal da FGV já estava constituído (teoricamente identificado com orientações neoclássicas) e havia se consolidado ao longo de um trabalho de vários anos, efetuado nas escolas de economia e no Ibre. Esse grupo assentava sua visibilidade não só na publicação de revistas especializadas, mas também em matérias veiculadas por jornais e revistas. Já os membros da Cepal, participavam de uma instituição nova, que pretendia afirmar sua identidade latino-americana e marcar sua posição de autonomia frente aos EUA. Eram, em geral, jovens saídos das escolas de direito, economia ou ciências sociais de diversos países da América Latina, alguns com estudos em instituições norte-americanas.

Foi no bojo dos debates que o grupo cepalino denominou “monetaristas”¹³ os membros da FGV, na medida em que privilegiavam os fatores monetários na análise das causas da inflação, e chamaram a si próprios de “estruturalistas”, porque procuravam apreender os determinantes estruturais do processo inflacionário. Diferentemente dos monetaristas, os membros desse grupo tinham vínculos menos orgânicos e institucionalizados (LOUREIRO, 1997, p.45-46).¹⁴

O que se observa é que a instalação dos programas de pós-graduação, a expansão dos cursos de economia e do número de alunos, o crescimento da produção acadêmica, o desenvolvimento de um quadro institucional de pesquisa e, inclusive, a criação de novas revistas especializadas são componentes de um mesmo e mais amplo processo, que se

¹² Cabe destaque para o trabalho de elaboração das contas nacionais e para elaboração de índices de preços, trabalho inédito e pioneiro que permitiu o estabelecimento, anos mais tarde, do mecanismo de correção monetária. O grupo que construiu o Ibre formou-se ao longo de vários anos, com extensa rede de relações nos órgãos governamentais, nas instituições de ensino e nos meios empresariais. Gudín e Bulhões criaram o Ibre e o dirigiram por décadas (LOUREIRO, 1997, p.38-43).

¹³ Monetarismo é a escola econômica que sustenta a possibilidade de manter a estabilidade de uma economia capitalista recorrendo-se apenas a medidas monetárias, baseadas nas forças espontâneas do mercado e destinadas a controlar o volume de moedas e de outros meios de pagamento no mercado financeiro. Para tanto, sugerem-se inúmeras políticas. Por exemplo, o governo pode comprar ou vender letras de câmbio oficiais, diminuindo ou aumentando o volume de crédito no mercado financeiro. Pode aumentar ou diminuir a taxa de juros cobrada pelos bancos oficiais para empréstimos aos bancos privados, que os repassam ao setor particular, e a parcela dos depósitos que os bancos privados são obrigados a manter sob guarda do BC. O norte-americano Milton Friedman, expoente da Escola de Chicago, é visto como o principal teórico dessa escola (SANDRONI, 2005, p.572).

¹⁴ Os principais membros da Cepal eram filhos de famílias da elite nordestina que migraram para o Rio de Janeiro, nos anos 1930 e 1940 em busca de novas oportunidades de carreira, concretizadas em órgãos do governo. A maioria era diplomada em direito ou em outros estudos humanísticos (como sociologia) e não teve formação regular em economia, à exceção de Celso Furtado, que frequentou curso de economia política na França e na Inglaterra, nos anos 1940 e 1950, depois de se formar em direito no Rio (LOUREIRO, 1997, p.45-47).



pode definir como modernização (internacionalização ou “americanização”) da ciência econômica no Brasil.

Os dados indicam que, apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas no campo dos economistas e também da modernização da ciência econômica no Brasil, antigas oposições (estruturalistas versus monetaristas ou ortodoxos versus heterodoxos), que organizavam o espaço social nos anos 1950-1960, ainda permanecem. Observa-se que a internacionalização da ciência econômica teve como impacto profissional mais significativo o reforço da polarização já existente nos meios acadêmicos de formação dos economistas brasileiros. Conseqüentemente, gerou diferenças importantes nas práticas e estratégias profissionais (LOUREIRO, 1997, p.70).

De um lado, encontra-se a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da FGV que, continuando a seguir as mesmas orientações básicas da FGV, é considerada, mesmo hoje, a versão monetarista mais ortodoxa. Seus membros valorizam muito a modelização matemática e o instrumental econométrico. No mesmo lado, está a PUC-Rio, constituída por antigos alunos e professores dissidentes da EPGE e por egressos de outras universidades (UFRJ e UnB). Dando grande ênfase à modelização matemática, conforme já mencionado, esses dois centros constituem o pólo mais internacionalizado, isto é, mais integrado ao *mainstream* atual. Basta observar que 80% dos professores da EPGE e 82% dos da PUC se formaram nos EUA. Esse pólo pode ser denominado “privatista” por serem instituições privadas, valorizarem teoricamente o papel do mercado no sistema econômico e estabelecerem laços estreitos com empresas privadas, particularmente bancos, onde seus representantes prestam consultoria (*ibid.*, p.70-76).

Do outro lado, os cursos da Unicamp e da UFRJ, criados por ex-discípulos da Cepal, permaneceram ligados àquelas questões definidas como estruturais. Seus estudos são desenvolvidos em linguagem pouco formalizada matematicamente e valorizam a abordagem histórica e sociopolítica dos processos econômicos. Esse pólo menos internacionalizado pode ser definido como “estatista”, porque seus membros, além de trabalharem em universidades públicas e desenvolverem outras atividades profissionais – em geral, em agências governamentais e empresas públicas –, enfatizam, em seus trabalhos, os aspectos políticos da economia e, sobretudo, são mais críticos quanto às orientações neoliberais, que acreditam na eficiência do mercado para a alocação dos recursos e a distribuição da riqueza (*ibid.*, p.77).



Finalmente, entre os dois extremos, encontra-se o curso de pós-graduação da USP, que é maior em número de professores. A Faculdade de Economia da USP (FEA/USP) representa o pólo intermediário, porque se manifesta também em orientações teóricas mais pluralistas e em práticas de consultoria mais heterogêneas por parte de seus membros, tanto no setor financeiro quanto em indústrias, organismos sindicais e agências públicas.

A participação dos economistas no governo cresceu enormemente a partir do regime militar. A intensificação da centralização política, a hipertrofia do Poder Executivo e de seus braços de controle econômico e, ainda, a necessidade de legitimação do autoritarismo por meio da eficiência econômica fizeram aumentar o número de postos de governo praticamente monopolizados por eles. A partir de 1964, dez entre 18 ministros da Fazenda eram economistas; desde 1963, quando foi criada a Secretaria (ou Ministério) do Planejamento, seis entre sete ministros também o eram (LOUREIRO, 1997, p.84).

Afora os cargos correspondentes em nível estadual e municipal (secretários estaduais da Fazenda e do Planejamento), podem-se aduzir muitos outros que costumam ser monopolizados por economistas. Estão, nesse caso, os de secretário-geral (vice-ministro), os de assessores e secretários especiais daqueles e de outros ministérios, os de presidente e diretores do BC e do BNDES. E, ainda, a direção de órgãos como o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Deve-se ressaltar que a “cultura” de valorização da economia e dos economistas, no país, consolidada durante a ditadura, acabou se estendendo também aos jornais – bem como ao jornalismo e aos jornalistas dessa área. Os repórteres dessa editoria desfrutavam de grande prestígio nas redações e o noticiário econômico permaneceu ocupando importantes espaços na imprensa, inclusive com aumento do número de páginas dos cadernos dedicados aos temas desse campo (ABREU, 2003, p. 64).¹⁵

Para os militares, as editorias de economia representavam um espaço de menor risco porque as informações eram basicamente sobre o setor público, e os dados e índices

¹⁵ Pesquisas por amostragem demonstram que, entre 1968 e 1988, o espaço dedicado à economia pelos três principais jornais de São Paulo cresceu continuamente de 1,5 página diária em média para 6,5 páginas, à custa das demais áreas de cobertura. Um quinto das manchetes foi dedicado aos assuntos econômicos e os nomes dos ministros de economia tornaram-se mais populares e mais citados do que os dos presidentes (KUCINSKI, 2000, p. 16). Abreu (2003, p. 26), citando uma pesquisa realizada por Scavone, Belloni & Garbayo (1975), afirma que houve diminuição relativa das notícias de política nacional em benefício das notícias internacionais e econômicas, verificadas por meio de análise de conteúdo das matérias divulgadas na primeira página de dois jornais – o *Jornal do Brasil* e *Última Hora* – no período 1960-1971.



eram oficiais, fornecidos pelo BNDES, pelo Conselho Monetário Nacional, pela Associação Comercial, pelas Federações das Indústrias, e, fundamentalmente, pelo Ministério da Fazenda (ABREU, 2001, p. 3).

Esse jornalismo acabou sendo utilizado como instrumento de divulgação da política econômica do regime militar, que buscava se legitimar, diante dos governados, pela racionalidade da administração econômica – no governo Castelo Branco (gestão dos ministros Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões) – e pela eficácia da economia e pelo desenvolvimento – durante os governos dos generais Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici (gestão do ministro Delfim Neto).

Era importante que a imprensa divulgasse conquistas e avanços, já que a economia se tornara a moeda de legitimação de um regime sem legitimidade política. Não foi por acaso que, nos anos 1970, os jornais de maior prestígio e circulação no país criaram ou consolidaram suas editorias dedicadas a essa área (ABREU, 2003, p.25).

A modernização dos meios de comunicação foi, para os militares, parte de uma estratégia política ligada à ideologia de segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de “integrar” o país compunha um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais no campo político. Para concretização desse projeto, eles estimularam a formação de grandes redes, o que exigiu grandes investimentos. Foi nesse período que surgiram os oligopólios da informação, formados com recursos obtidos junto ao governo. Nos anos do regime militar, a imprensa, o rádio e televisão já dependiam fundamentalmente da publicidade para sobreviver e os maiores anunciantes eram as empresas estatais e instituições governamentais (*ibid.*, p.23).

2. Os economistas no noticiário

Verificamos, ao longo da cobertura analisada, que os economistas vão desempenhar um papel específico entre todas as fontes ouvidas pelos jornais. A análise das edições da *Folha* e de *O Globo* dos meses de lançamento dos planos indica como um traço do jornalismo dessa área no país o fato de os economistas que compõem a elite dirigente do Brasil serem fontes privilegiadas a serem ouvidas constantemente pela imprensa. A equipe econômica do governo foi fonte obrigatória das matérias sobre os planos por concentrar o centro decisório sobre essa esfera no país.



Por um lado, a equipe econômica é fraca politicamente, por não ter mandato eleitoral, nem tampouco ser constituída de funcionários, garantidos em seus cargos por normas institucionalizadas de recrutamento e carreira. Portanto, depende do apoio pessoal do presidente da República. Por outro lado, enquanto grupo de técnicos competentes, é importante instrumento de sustentação política do próprio presidente. Como se sabe, conforme ressalta Loureiro (1997, p. 116), o bom desempenho econômico e a consolidação do programa de estabilização são elementos centrais do sucesso político do governo. Nesses aspectos estiveram concentrados os principais trunfos do presidente FHC, que lhe garantiram a eleição em 1994 e a reeleição em 1998, como ocorreu na Argentina de Carlos Menem.

Loureiro (*ibid.*, p.86-87) identifica dois principais perfis de carreira seguidos por esses profissionais no governo. O primeiro é a carreira de funcionário-economista, seguida por profissionais que se diplomaram em ciências econômicas. A variante mais recente é a dos jovens economistas que ingressam (por concurso ou contratação direta) em órgãos governamentais de gestão econômica onde desempenharam sua atividade profissional mais importante. A maioria dos economistas que trilha esse tipo de carreira permanece nos escalões intermediários dos organismos governamentais.

Variante mais antiga desse tipo de carreira, como nas primeiras gerações, é a do funcionário com origem social mais modesta, que cursou graduação em Economia ou Contabilidade, geralmente em escolas noturnas e de menor prestígio, de entremeio a uma metódica e longa carreira em órgãos burocráticos públicos. Partindo de cargos subalternos, alguns até puderam chegar a ministro da Fazenda ou do Planejamento; mas, quando isso se deu, foi geralmente como compensação por fortes vínculos de trabalho e lealdade estabelecidos com figuras de elite.

O segundo tipo de carreira é o do economista-dirigente político – objeto central da análise de Loureiro. É a carreira do *scholar* ou acadêmico, recrutado no meio universitário, especialmente de São Paulo e Rio. São, em geral, professores “brilhantes”, que se fizeram conhecer no meio empresarial por meio de consultoria. Foi o caso de Delfim Netto, no início dos anos 1960, ou Mário Henrique Simonsen, nos anos 1970.

Durante a abertura democrática, jovens economistas acadêmicos tornaram-se atores importantes também nos meios políticos de oposição ao governo militar. E o fizeram



participando de debates na TV, em artigos na imprensa e mesmo em fóruns empresariais, como os promovidos pela *Gazeta Mercantil*, no início dos anos 1980.

Muitos desenvolveram, em universidades norte-americanas, teses relativas às questões atuais da agenda política, como ocorreu com os teóricos da inflação inercial e das políticas heterodoxas de estabilização econômica. Para um economista acadêmico, ser convidado a participar do governo é expressão do reconhecimento de sua competência técnica.

As relações diferenciais vividas pelos economistas com o governo respondem por comportamentos que merecem atenção: quando assumem postos no governo, os *scholars* ali chegam para pôr em prática modelos elaborados no meio acadêmico e estão imbuídos da missão de “resolver” os problemas econômicos. Menos comprometidos com a máquina governamental ou com uma carreira a nela construir, e mais envolvidos com projetos de mudança de uma ordem econômica que em geral criticam, os acadêmicos freqüentemente entram em choque com os demais atores políticos, quando a racionalidade técnica esbarra na racionalidade política (LOUREIRO, 1997, p.89-90).

Após uma passagem, mais ou menos longa, por cargos no governo, a maioria dos acadêmicos não retorna à universidade, no sentido de vê-la como seu espaço de ação profissional mais importante. Eles preferem seguir carreira no setor privado, abrindo empresas de consultoria, nas quais têm oportunidade de rentabilizar os “capitais” de informação e de conhecimento acumulados durante sua experiência em organismos governamentais. A consultoria de monitoramento da conjuntura econômica cresceu enormemente no Brasil nas duas últimas décadas.

São três critérios mais importantes que determinam, em geral, o prestígio dos consultores e seu nível de remuneração ou a demanda pelos serviços de suas empresas, apontados no estudo. O primeiro é a relevância dos postos que tenham ocupado no governo. O segundo é a visibilidade na imprensa com a participação regular nos principais jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, inclusive com colunas nas principais revistas especializadas; as empresas de consultoria, por sua vez, constroem sua visibilidade na imprensa não só por meio da publicação de artigos de seus principais sócios, mas também pela contratação de empresas de publicidade, que se encarregam de produzir “centimetragem de jornal” (divulgação de notas, resultados de pesquisas



efetuadas pelos clientes, etc.). E, por último, tem-se a universidade de origem do consultor e seu prestígio acadêmico.

Em suma, universidade, governo e consultoria privada são momentos distintos, mas intrinsecamente relacionados; eles desvendam a rede de espaços sociais por onde circula e se legitima esse segmento específico das elites dirigentes no Brasil. Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen são casos exemplares desse perfil de carreira, surgido na segunda metade dos anos 1960 (LOUREIRO, 1997, p.91).

Entendendo a complexidade dos problemas de desenvolvimento, de regulação econômica, de estabilidade monetária, etc., como complexidade técnica (isto é, como atributo de certos indivíduos ou grupos que detêm a competência, ou o monopólio exclusivo, de falar e decidir acerca de uma área específica) e não como complexidade política (isto é, como assunto aberto à competição de todos os grupos organizados na sociedade), os economistas acabaram reforçando, de forma não necessariamente consciente, o processo de reprodução das relações não-democráticas que pautaram a atuação das elites políticas brasileiras (*ibid.*, p.98).

Independentemente de suas orientações teóricas ou ideológicas, todos eles contribuíram, devido aos padrões estabelecidos de acesso ao poder e de gestão de políticas econômicas, para o reforço do centralismo decisório. Além disso, contribuíram para o desenvolvimento de práticas neopatrimonialistas, ao transformarem sua passagem pelo governo em um “capital” de conhecimento e informações (sobre a máquina governamental, o sistema decisório e os recursos públicos disponíveis) passível de ser rentabilizado no mercado. As inúmeras firmas de consultoria de ex-ministros ou ex-dirigentes de agências econômicas governamentais são reveladoras dessa situação.

A atitude de “salvadores da pátria” assumida por alguns economistas juntamente com os presidentes que os sustentaram politicamente, em especial nas experiências consideradas de choques heterodoxos, de um lado exprime uma visão autoritária do poder, implícita na crença na capacidade transformadora do saber técnico e em sua superioridade em relação à racionalidade política. De outro, é sintoma, mesmo que paradoxal, da situação de ingovernabilidade ou paralisia decisória que tem caracterizado o Estado no Brasil nas últimas décadas. Quanto menor é a capacidade governativa, mais se recorre a soluções mágicas ou não-políticas. Um dos fatores decisivos para o lançamento do Plano Cruzado foi a percepção por parte do governo de seu



enfraquecimento político e de que a aliança política que o sustentava estava se esfacelando (LOUREIRO, 1997, p.99).

Os economistas que compõem a elite dirigente do país foram, ao longo dos planos econômicos – e ainda o são –, as principais fontes que alimentam o noticiário das editoriais da área, que passam as informações sobre as medidas do governo, que traduzem os fatos para jornalistas e público leigo.

O jornalista Luís Nassif¹⁶ destaca que a imprensa foi partícipe em reforçar uma espécie de endeusamento dos economistas a partir da sucessão de pacotes e, principalmente, com o Plano Real. O foco do jornalismo de economia que Nassif apregoa teria de ser a defesa dos valores que ajudem o país a se desenvolver. Os jornais e os jornalistas, de maneira geral, e, principalmente, os especializados em economia têm de explicar criticamente, questionar as afirmações econômicas, conferir o que é consistente e denunciar a burla e a farsa e não apenas reproduzir o que as fontes dizem.

Observamos que alguns grupos de economistas permaneceram sendo ouvidos constantemente, pelos jornais, como fontes-chaves especializadas, ao longo das últimas décadas do século XX. A maior parte dos profissionais da área que apareciam no noticiário estava sempre no centro decisório, como ministros, secretários e assessores ou consultores especiais do Ministério da Fazenda, presidindo o BC ou outros órgãos governamentais. E, quando deixavam os cargos no governo para ocupar outras posições de destaque no campo econômico, voltavam a ser ouvidos, como fontes identificadas como ex-ocupantes desses cargos importantes no governo.

Alguns profissionais se tornaram referências do pensamento econômico do país na segunda metade do século XX, como Octávio Gouveia Bulhões, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto¹⁷. A partir dos anos 1980, predominaram no noticiário os grupos das duas escolas principais desse pensamento. À direita, o grupo de economistas monetaristas discípulos de Roberto Campos e de Mário Henrique Simonsen, reunidos em torno da FGV, no Rio de Janeiro. E os ligados à PUC-Rio: Francisco Lopes, Edmar Bacha, Pedro Malan, Pérsio Arida e André Lara. À esquerda, os herdeiros da tradição estruturalista de Celso Furtado: Luiz Gonzaga Beluzzo, João

¹⁶ Entrevista de Luís Nassif concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

¹⁷ Esses economistas de referência só deixam o noticiário quando morrem. Foi o caso de Simonsen, que apareceu como fonte na cobertura jornalística de todos os planos econômicos estudados nessa pesquisa até sua morte em 1997.



Manuel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares. São esses nomes, principalmente, que vão freqüentar o noticiário no período analisado nesta pesquisa.

Ao recorrer primordialmente às fontes que compõem a equipe do governo, o jornalismo de economia brasileiro demonstra depender, principalmente, das fontes oficiais. Joelmir Beting fala sobre essa questão e disse que o problema é que 70% das fontes da informação econômica são geradas no mundo inteiro pelas políticas públicas. A fonte básica é a área pública. Ele destaca que a relação que o jornalista tem com a área pública é que pode variar de acordo com o jornal, de acordo com o jornalista.¹⁸

O trato e o relacionamento dos jornalistas com essas fontes da área pública é que pode se tornar um problema de ética, na avaliação de Beting. Esse é um dos desafios da atuação do jornalista da área econômica colocados por ele: tentar ser ético em uma cobertura na qual se está sob pressão do sistema como um todo – do jornal no qual trabalha e no trato com as fontes do governo e as que compõem o universo agrupado no termo “mercado”, que defendem seus interesses econômicos e políticos.

As fontes oficiais graduadas ou mais qualificadas são consideradas mais seguras que outras pelos jornalistas, porque tendem a gerar, no leitor, uma sensação de credibilidade. Herbert Gans (1979, p.116-146), ao discutir a relação entre as fontes e os jornalistas, diz que esses profissionais tendem a selecionar suas fontes de informação a partir de uma relação caracterizada principalmente por: conveniência passada (se elas forneceram anteriormente informações que resultaram em reportagens adequadas); produtividade (capacidade de fornecer bastante informação sem desperdício de tempo e de trabalho); confiabilidade; veracidade; autoridade (fontes que ocupam posições oficiais de autoridade e de responsabilidade); e articulação (capacidade de expressar sua idéia de modo conciso).

Conclusões

Ao analisar a composição do jornalismo de economia e sua forma de apresentar a notícia nos episódios dos pacotes econômicos, verifica-se também o papel desempenhado pelos economistas nesse contexto. Eles são as principais fontes de informação e de análise que alimentam permanentemente essa editoria.

O acirramento do processo inflacionário, ao longo dos anos 1980, foi um álibi importante para que as decisões econômicas não fossem discutidas e negociadas de

¹⁸ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.



forma aberta e ampla, envolvendo uma pluralidade de grupos organizados na arena política. Com a justificativa, teoricamente construída, utilizada até hoje, de que os agentes econômicos agem estrategicamente, antecipando medidas e neutralizando os resultados das políticas governamentais, quando conhecem previamente seus conteúdos, as decisões acabam sendo tomadas por um grupo mínimo de indivíduos. São eles que detêm com exclusividade as informações mais importantes, como se fossem segredos de guerra. À época, quanto mais elevadas eram as taxas de inflação, melhor se configurava uma situação de ameaça e mais se esperava dos governantes decisões drásticas, como os choques econômicos. Esse clima fazia com que os economistas se sentissem legitimados.

Nesse contexto, os economistas que compõem a elite dirigente do país foram, ao longo dos sucessivos planos econômicos, as principais fontes que alimentaram o noticiário das editorias da área, que passaram as informações sobre as medidas do governo e traduziram os fatos para jornalistas que, por sua vez, as repassaram ao público leigo, por meio das narrativas jornalísticas.

Alguns grupos de economistas permaneceram sendo ouvidos constantemente como principais fontes especializadas pelos jornais nas duas últimas décadas do século XX. A maior parte dos profissionais dessa área que apareceu no noticiário esteve sempre no centro decisório, como ministros, secretários e assessores ou consultores especiais do Ministério da Fazenda, ou presidentes do BC. Além disso, quando esses profissionais deixavam os cargos no governo para ocupar outras posições de destaque no campo econômico, voltavam a ser ouvidos, sendo fontes identificadas como ex-ocupantes desses cargos importantes no governo.

A frequência com que esses especialistas apareceram no noticiário de economia demonstra uma baixa diversidade de fontes da área ouvidas pelos jornalistas. Outra evidência a respeito de tais fontes principais, constantemente ouvidas, é a de que, quase sempre, as matérias não contextualizavam sua trajetória e não explicitavam a que grupos de pensamento econômico estavam ligadas.

A observação da cobertura jornalística dos planos nos permite inferir que os economistas são agentes legitimados pelos jornais e pelos jornalistas de economia – por meio de espaço para a publicação de artigos deles e de sua atuação como fontes fundamentais para diversas notícias e reportagens sobre a economia do país. Eles foram



popularizados pelos jornalistas, uma vez que freqüentaram o noticiário, dando entrevistas.

Foram legitimados e, ao mesmo tempo, ajudaram a legitimar os jornalistas e o jornalismo de economia, dando-lhes distinção com relação aos demais jornalistas, à medida que permitiam que desenvolvessem um papel de intermediários entre eles, com seu saber técnico, e o público-leigo, com o conhecimento do senso comum. E o fizeram quando lhes forneceram informações para que pudessem traduzi-las em narrativas jornalísticas. Ao recorrer primordialmente às fontes que compõem a equipe do governo, o jornalismo de economia brasileiro demonstra depender, principalmente, das fontes oficiais.

Os jornalistas de economia, por outro lado, ajudaram a reforçar sua importância, ao assumirem, como função fundamental de sua prática, a legitimação do discurso de valorização do mercado, em detrimento do poder do Estado. Na década de 1990, a imprensa atuou de forma importante na campanha neoliberal pelo desmonte do Estado social-democrata e pelo processo de naturalização da ideologia da globalização. Aliados ao marketing e às mais sofisticadas técnicas de vendas, os meios de comunicação, desde então e até hoje, desempenham papéis estratégicos na naturalização ideológica da economia liberal de mercado e no encorajamento dos valores do consumo.

Bibliografia:

1. Fontes primárias

Jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*: 28 de fevereiro de 1986 e as edições do mês de março de 1986; junho de 1987; janeiro e maio de 1989; março de 1990; janeiro de 1991; agosto de 1993; julho de 1994 e janeiro de 1999.

2. Fontes secundárias

ALONSO, José Antônio Martínez. **Dicionário de História do mundo contemporâneo.**

Espírito Santo: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), 2000.

ABREU, Alzira. **Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática.** In: ABREU, Alzira A. de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & Kornis, Mônica Almeida. **Mídia e Política no Brasil – jornalismo e ficção.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, Alzira A. de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & ROCHA, Dora (org.) **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC/FGV.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio – Imprensa, Poder e Público.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BASILE, Sidnei. **Elementos do jornalismo econômico.** Rio de Janeiro: Campus, 2002, 240p.

CALDAS, Suely. **Jornalismo econômico.** São Paulo: Contexto, 2003.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news: a study of *CBS Evening News*, *NBC Nightly News*, *Newsweek* and *Time*.** New York: Pantheon books, 1979. 393 p. cap.4, p.116-146. Trad. MTGF de Albuquerque. Rev.téc.n.: Denis de Moraes e A. de Albuquerque.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo econômico.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.



LATTMAN-WELTMAN, Fernando, RAMOS, Plínio de Abreu & CARNEIRO, José Alan Dias. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os economistas no governo – gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

NASSIF, Luís. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003.

QUINTÃO, Aylê-Salassiê Figueiras. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

RESENDE, a José Venâncio de. **Construtores do jornalismo econômico – da cotação do boi ao congelamento de preços**. São Paulo: Editora Ícone, 2005.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.